

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE CAMPO GRANDE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NICOLAS KOLLING GENOVA

**Políticas Públicas de Formação em Educação Física:
percepção dos professores que atuam na modalidade
futebol em Campo Grande-MS**

CAMPO GRANDE - MS
2024

NICOLAS KOLLING GENOVA

Políticas Públicas de Formação em Educação Física: percepção dos professores que atuam na modalidade futebol em Campo Grande-MS

Trabalho de conclusão de curso apresentado a graduação em Educação Física - Bacharelado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Dirceu Santos Silva

CAMPO GRANDE - MS

2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Dirceu Santos Silva (Presidente)

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Me. Luana Carla André

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Me. Breno Brey D'auri

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1	Resumo	5
2	Introdução	6
3	Metodologia	15
4	Resultados e discussões	17
5	Considerações finais	21
6	Referências	22

RESUMO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF-1988) contemplou o esporte como direito individual e o lazer como direito social. A partir desse período, iniciou as discussões sobre a estruturação e a necessidade de formação de professores para atuarem no campo das políticas públicas de esporte e lazer. Pesquisar a formação de professor corresponde a uma temática relevante e possui relevância social, já que potencializa a qualidade das atividades a serem ofertadas e garante um maior alinhamento das diretrizes do programa com o que é materializado no contexto de prática (Silva; André; Salerno, 2024; Silva et al., 2023). Nesse contexto, surgiu o interesse em pesquisar as políticas públicas de formação em educação física dos professores que atuam com a modalidade de futebol em Campo Grande-MS. O objetivo é analisar a percepção dos professores sobre a política de formação de professores de Educação Física que atuam na modalidade de Futebol na FUNESP. Trata-se de uma pesquisa com método descritivo, de abordagem qualitativa, com coleta de dados de entrevistas. A escolha da pesquisa descritiva e qualitativa é justificada por privilegiar a dimensão processual do conhecimento, o que possibilita realizar análises descritivas dos fenômenos observados e a interpretação dos eventos relativos ao objeto estudado (Bogdan; Biklen, 1994). Os resultados nos mostram no que diz respeito à formação continuada, os professores relataram a importância de realizar cursos e pós-graduação na área específica de atuação. Quando se trata da formação em serviço ofertada pela Funesp, o relato foi de que ela acontece e traz mais informação ligadas aos processos administrativos e pedagógicos, porém não traz tanta especificidade, uma vez que os temas são tratados de maneira geral, além de alegar que o número de encontro poderia ser maior e mais frequente. Conclui-se que os professores atuantes na Funesp realizam uma continuidade em relação à formação inicial, já que buscam formação por fora e por meio da atuação profissional. As formações contribuem para auxiliar os professores na compreensão geral, na atuação dos núcleos, nos processos pedagógicos e metodológicos. O principal um ponto a ser melhorado é a questão de ter mais especificidade sobre a atuação nos esportes específicos nas formações, além de um maior número de encontros

INTRODUÇÃO

Quando falamos em formação, traz para a gente, a história da formação no Brasil em seis períodos: 1. Ensaio intermitente de professores (1827-1890); 2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932); 3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939); 4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura, bem como a consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971); 5. Substituição da Escola Normal pela habilitação Específica de Magistério (1971-1996); 6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006) (SAVIANI, 2009).

Saviani (2009) acrescenta que existem dois modelos contrapostos na formação de professores: o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos, em que a formação do professor se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar; o modelo pedagógico-didático, que contrapõe ao anterior, ao considerar a formação do professor propriamente dita só se completa com o efetivo preparo pedagógico-didático, mais relacionados diretamente a ação de ensinar.

Outro ponto muito importante é a ideia de formação inicial e continuada. A formação inicial está ligada aos cursos normais e ao período da graduação. A formação continuada está relacionada ao período pós formação na graduação, como participações em eventos e workshops, além de programas de pós-graduação, mestrado e doutorado. A “formação inicial é desafiada a superar a histórica dicotomia entre teoria e prática, e a continuada deve ter como foco a formação em serviço”. A Lei n.º 11.502/07 define que a formação inicial deverá acontecer, preferencialmente, na modalidade presencial, conjugada com o uso de recursos da EaD, acrescenta ainda que a educação continuada utilizará, especialmente, os recursos da EaD (OLIVEIRA; LEIRO, 2019, p. 6).

Quando se fala sobre formação, temos algumas políticas importantes nesse contexto, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). A Lei nº 9.394/96 ou LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O Fundef foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996 (EC/96) e regulamentado pela Lei 9.424, de

24 de dezembro de 1996, como fundo de natureza contábil em cada unidade da federação. Com esse mecanismo, 60% dos recursos dos impostos e transferências do Distrito Federal, estados e municípios foram direcionados ao ensino fundamental. O restante dos recursos manteve sua destinação às outras etapas e modalidades da educação básica, conforme a responsabilidade na oferta do Distrito Federal, estados e municípios, estabelecido no art. 211 da CF/88 (FRANÇA, 2015).

No ano de 2007, temos a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e pelo Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, em substituição ao Fundef, que vigorou no período de 1998 a 2006. O Fundeb constitui um fundo especial, de natureza contábil, no âmbito estadual, e sua formação resulta da aplicação de percentuais, vinculados à receita arrecadada de impostos do Distrito Federal, estados e municípios, direcionados à educação por força do disposto no art. 212 da CF/88. O Fundeb garante que a maior parte dos recursos vinculados à educação seja aplicada à educação básica, por meio de seu mecanismo de distribuição de recursos com base no número de alunos das diversas etapas e modalidades, informado no censo escolar do ano anterior, sendo computados os estudantes matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211, CF/88) (FRANÇA, 2015).

O PNE determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024, definiu 10 diretrizes 1 Erradicação do analfabetismo; 2 Universalização do atendimento escolar; 3 Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação; 4 Melhoria da qualidade da educação; 5 Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; 6 Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; 7 Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; 8 Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; 9 Valorização dos profissionais da educação; 10 Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. que devem guiar a educação brasileira e estabelece 20 metas a serem cumpridas na vigência (BRASIL, 2014). As metas são: Meta 1 Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco

anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%; Meta 2 Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada; Meta 3 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%; Meta 4 Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.; Meta 5 Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo, até os sete anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do plano; e até o final dos seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano; Meta 6 Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica; Meta 7 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb; Meta 8 Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Meta 9 Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional; Meta 10 Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.; Meta 11 Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas; Meta 12 Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta; Meta 13 Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores; Meta 14 Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores; Meta 15 Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III

do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação; Meta 16 Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu* em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino; Meta 17 Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente; Meta 18 Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.; Meta 19 Garantir, em leis específicas aprovadas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior pública, informada pela prevalência de decisões colegiadas nos órgãos dos sistemas de ensino e nas instituições de educação, e forma de acesso às funções de direção que conjuguem mérito e desempenho à participação das comunidades escolar e acadêmica, observada a autonomia federativa e das universidades; Meta 20 Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio. Tudo que foi citado até aqui sobre ideias de formação, projetos e leis influenciou no processo de formação de professores dos diferentes componentes curriculares no contexto escolar, bem como de professores que atuam no contexto fora da escola, o que inclui o professor de Educação Física do Bacharelado.

No contexto da Educação Física e das políticas de esporte, destacam-se a criação do Ministério do Esporte (MESP), em 2003, quando houve maior destinação de recursos para criação de programas e para a formação de professores de Educação Física. No entanto, vale ressaltar que não foi criada uma equipe de formação para todos os programas do MESP. Destacam-se, dois programas que fazem a previsão e contam com uma equipe de formação de professores: o Programa Segundo Tempo (PST) e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). O que está presente nas formações dos dois projetos é a ideia de formação/educação continuada heterogênea (ANDRÉ et al., 2022; SILVA et al., 2023).

O PST foi criado, em 2003, com o objetivo de democratizar o acesso à cultura e à prática do esporte educacional de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social como forma de contribuir para formação e exercício da cidadania dos beneficiários (KRAVCHYNCHYN; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA et al., 2016). O PST envolve três vertentes: PST Padrão, que atende crianças, adolescentes e jovens de 6 a 18 anos; PST Universitário, que atende o corpo discente das Universidades e PST Paradesporto, que atende pessoas com deficiências a partir de 6 anos (SILVA et al., 2021; SILVA et al., 2022). De acordo com Hansen, Perim e Oliveira (2009) o PST busca “o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social”.

A proposta de formação de professores de Educação Física no PST envolve a “Capacitação Gerencial” (destinada ao Coordenador Geral e Coordenador Pedagógico) e a “Capacitação Pedagógica” (destinada ao coordenador Pedagógico, Setorial e Professor de Educação Física e/ ou Esporte). Além disso, foi criada uma “Capacitação Presencial e EaD” para professores e acadêmicos de Educação Física ou Esporte. A formação deve possibilitar o reconhecimento da base teórica e das práticas pedagógicas que orientam o programa (OLIVEIRA et al., 2016).

Para oferecer um suporte pedagógico e administrativo aos convênios, o MESP implantou as Equipes Colaboradoras (ECs). As ações das ECs envolvem a avaliação dos Projetos Pedagógicos de Núcleo (PPN), o desenvolvimento de formação de coordenadores e avaliação das ações no cotidiano do núcleo. O PST dispõe de um modelo de formação presencial e integrada com vídeoaulas sobre os diversos assuntos contidos nas diretrizes do programa. A formação pedagógica se direciona aos coordenadores pedagógicos, setoriais, de núcleo e monitores do programa (RODRIGUES et al., 2012).

De acordo com Sousa et al. (2010) o objetivo da formação é construir padrões conceituais, operacionais e metodológicos. O processo de formação se dá em duas fases, uma nacional e outra regional. A fase nacional envolve os coordenadores gerais, pedagógicos e setoriais e conta com a atuação de instituições parceiras do PST, com o objetivo de aprofundar os debates sobre o esporte como fator de inclusão social, discutir procedimentos de implantação, desenvolvimento e gestão do programa. A fase regional é presencial e qualifica os coordenadores de núcleo em relação às questões pedagógicas, técnicas e de gestão necessárias ao desenvolvimento das parcerias. Há ainda nessa fase a orientação sobre a formação dos monitores de responsabilidade dos coordenadores de cada núcleo.

A formação é organizada em dois dias, com a discussão de 8 temas: 1) Fundamentos do PST; 2) Fundamentos do lazer e da animação cultural; 3) Corpo, gênero e sexualidade; 4) Desenvolvimento e aprendizagem motora; 5) Questões de deficiência e as ações do PST; 6) Organização e desenvolvimento pedagógico do esporte no PST; 7) Procedimentos metodológicos para o PST; 8) Planejamento do PST (SOUSA et al., 2010).

Uma outra ação política que realizou a formação foi o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003, com o objetivo de democratizar o direito social ao lazer, na implantação de núcleos de esporte participação, bem como estimular a consciência social e a formação continuada de professores, gestores e demais lideranças comunitárias. O programa busca atender todas as idades de forma intergeracional (TEIXEIRA et al., 2014; BRASIL, 2023).

A formação de professores no PELC ocorre em quatro módulos: Módulo Introdutório I, que ocorre antes do começo das atividades e busca contribuir na organização das atividades; Módulo Introdutório II, que deve ocorrer no segundo mês de desenvolvimento das atividades prática, como forma de discutir as principais dificuldades na execução do convênio; Módulo de Avaliação I, que deve ocorrer no décimo mês de atendimento e Módulo de Avaliação II, que deve ocorrer no vigésimo mês de atendimento. Ambos os módulos buscam avaliar os relatos de experiências das ações, com o objetivo de atender ao objeto do convênio (SILVA; ANDRÉ; RIBEIRO, 2022).

O PELC corresponde a uma ação política de responsabilidade do MESP, e com base na literatura científica o programa apresenta uma maior participação da sociedade civil e formação política se comparado com o PST. Starepravo et al. (2018) comenta que o PELC trabalha indissociavelmente a discussão científica/acadêmica e a atuação prática”.

Ao firmar um convênio, a entidade parceira do MESP, deve executar as ações a partir das diretrizes de trabalho sistematizados em apostilas e disponibilizadas para o público em geral. As diretrizes são ideologias políticas que, no PELC de 2015, por exemplo, expressam as seguintes ideias: auto organização comunitária; trabalho coletivo; intergeracionalidade; fomento e discussão da cultura local; respeito à diversidade; intersetorialidade e municipalização (RIBEIRO; FERRAZ, 2016)

Os princípios do PELC são: gestão participativa e democrática; a reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; o esporte e lazer como direito de cada um e dever do estado; a universalização e inclusão social. Esses princípios foram definidos na construção da Política Nacional de Esportes de 2005 (BRASIL, 2005).

As oficinas do PELC acontecem em núcleos, que são os encontros de agentes sociais e participantes em um espaço da comunidade. Para o PELC, os profissionais são envolvidos com a implementação do projeto, desde a gestão até aplicação do conteúdo, recebe a denominação de agentes sociais de esporte e lazer (RIBEIRO; FERRAZ, 2016).

Os agentes sociais participam de formação para atuar no núcleo e segundo Cau e Carvalho (2014), essa formação é elemento central da proposta do programa, pois é uma ferramenta pedagógica para desenvolvimento das políticas locais que idealizam esporte e lazer como direitos sociais.

Outra ideia importante do PELC é a de municipalização, que consiste basicamente em compor estratégias políticas ao longo da execução do programa para garantir que as ações permaneçam no município quando o convênio findar. No PELC, a entidade parceira do MESP deve, antes de conveniar, nomear qual será a instituição da sociedade civil que fará o controle social (RIBEIRO; FERRAZ 2016).

Diante do contexto nacional de estruturação das políticas públicas de esporte e da necessidade de refletir sobre o processo de formação de professores de Educação Física, surgiu o interesse de pesquisar as ações políticas no município de Campo Grande-MS, que tem como órgão responsável, a Fundação Municipal de Esporte (Funesp), criada em 2004, com o objetivo de definir a política municipal esportiva e estabelecer diretrizes para as ações ofertadas. Apesar da sua estruturação, em 2004, somente em 2017, foi implementada a principal ação política do município: a Política Movimenta Campo Grande (PMCG), regulamentada pela Lei Complementar nº 327, de 23 de julho de 2018, que dispõe sobre a criação do Sistema Campo-grandense de Esporte e Lazer e dá outras providências com o objetivo de promover o esporte e o lazer como direito de todos (TERRA; CRUZ, 2019).

Fundamentada nos mais diferentes níveis de organização, em 2022, a PMCG foi dividida em sete ações temáticas ou setoriais. A primeira foi o “Esporte e Lazer da Comunidade”, metodologicamente baseada na ação comunitária, com o objetivo de contribuir para que a população envolvida tome posse de seus direitos enquanto cidadãos. A segunda ação temática “Formação e Especialização Esportiva” está focada em formar atletas desde o processo inicial da vida, sistematicamente planejado e a longo prazo. O programa, além de oferecer espaços adequados, desenvolve os seguintes projetos: Jovem Talento Esportivo; Futuro Paralímpico; Escola Pública de Campeões. A terceira ação temática “Campo Grande em Ação” busca possibilitar a participação da população nas competições esportivas. O programa realiza ao longo do ano os seguintes eventos: Jogos Escolares Campo-grandenses; Jogos Abertos de Campo Grande; Jogos dos Servidores; Corrida do Facho; Jogos Radicais

Urbanos; Jogos dos Povos Indígenas Urbanos; Jogos Campo-grandenses da Pessoa Idosa (TERRA; CRUZ, 2019).

A quarta ação temática “Formação Profissional” objetiva garantir a formação continuada aos professores envolvidos na política por meio da Gestão Pública de Esporte e Lazer. A quinta ação temática “Memória Esportiva” proporciona à comunidade local o acesso à história esportiva campo-grandense. Existem dois espaços vinculados ao programa: Memorial Esportivo Belmar Fidalgo e Memorial do Ginásio Poliesportivo Avelino dos Reis. A sexta ação temática “Infraestrutura Esportiva” tem como objetivo garantir melhorias constantes (como reformas, ampliação e manutenção) dos equipamentos públicos de esporte e lazer. A sétima ação temática foi a “Captação de Eventos Esportivos”, a qual permite que a população possa apreciar o esporte de alto rendimento na íntegra, bem como estimular a atividade econômica do município (TERRA; CRUZ, 2019). Das ações temáticas, a quarta “Formação Profissional” foi o objeto da presente pesquisa. Em âmbito nacional, as formações foram realizadas por meio de programas específicos como o PST e o PELC, influenciadas pela política de formação de professores em âmbito nacional. No caso do município de Campo Grande, a “Formação Profissional” é realizada para todos os profissionais de todos os programas, devido à especificidade e facilidade de encontro entre todos os professores. A Formação Profissional, de acordo com as diretrizes da PMCG, visa “incentivar e promover a formação profissional dos recursos humanos que atuam com o esporte e lazer no município” (CAMPO GRANDE, 2018, p. 42).

Pesquisar a formação de professores de Educação Física que atuam em políticas públicas, trata-se de uma temática relevante para o atendimento do acesso ao direito ao esporte e lazer. A pesquisa se justifica pela atualidade da temática em tela, que está relacionada ao contexto de estruturação recente em âmbito nacional e municipal. No caso do município de Campo Grande-MS, a pesquisa se justifica ainda pela necessidade de compreensão da influência da ação política na formação dos professores que atuam na Funesp. Além disso, existe uma dificuldade de tais professores para atuarem em políticas públicas, sobretudo pela forma generalista do currículo da formação inicial do professor de Educação Física (Licenciatura ou Bacharelado, ou ambas as habilitações). Dessa forma, a pesquisa presente se torna mais relevante para o aperfeiçoamento da ação política em âmbito municipal e tem potencial para auxiliar discussões em diferentes municípios.

Dessa forma, a reflexão central da presente pesquisa girou em torno das seguintes questões: como as políticas públicas de formação de professores de Educação Física ocorrem no município de Campo Grande-MS? Qual é a estruturação e quais são as bases teóricas

metodológicas da ação política de esporte e lazer da Funesp? Como os professores compreendem a formação profissional ofertada?

O objetivo é analisar a percepção dos professores sobre a política de formação de professores de Educação Física que atuam na modalidade de Futebol na FUNESP

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa com método descritivo, modelo que engloba todas as instâncias do fenômeno, muito utilizado nas entrevistas, bem como na análise documental, que possibilita a identificação, a análise e a interpretação da ação pública. A partir de uma abordagem qualitativa, investigaremos a formação de professores de Educação Física no município de Campo Grande-MS, que atuam em políticas públicas da Funesp. A escolha da pesquisa qualitativa é justificada por privilegiar a dimensão processual do conhecimento, o que possibilita a transferência e a confirmação dos dados, assim como a possibilidade de realizar análises descritivas dos fenômenos observados e a interpretação dos eventos relativos ao objeto estudado (MINAYO, 1994; BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O recorte temporal foi de 2017 a 2023, por envolver o ano de implementação da Política Movimenta Campo Grande (PMCG) até o presente momento. A pesquisa foi dividida em três etapas. A primeira etapa envolveu a pesquisa bibliográfica, primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações etc. (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021), para organização estrutural e fundamentação do tema analisado. Pautou-se na produção científica sobre a formação de professores do PST e PELC, por serem os principais programas em âmbito nacional, as quais contribuíram para a discussão e análise do objeto aqui elencado. Na segunda etapa será realizada uma análise documental, que tem por objetivo a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem. Para presente pesquisa, foram coletados: legislação nacional; legislação municipal (Diretrizes da PMCG, Leis, Decretos, Plano Municipal de Esporte e Lazer (PLAMEL), disponíveis no Diário Oficial da União e do Município, nos sites oficiais e no gabinete da Funesp. Na terceira etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Para Bogdan e Biklen, (1994), a entrevista semi-estruturada (Apêndice 1) enfatiza um roteiro com perguntas principais e permite ao pesquisador complementar com outras questões em decorrência de situações momentâneas que ocorrem durante a intervenção. Esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas com os professores que participam ou participaram de oficinas/aulas relacionadas à modalidade futebol. No caso da Funesp, escolhemos questões relacionadas aos objetivos da pesquisa.

Essa pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva intitulado “Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer na Fundação Municipal de Esporte (Funesp) no município de Campo Grande-MS” aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), número do parecer: 5.121.047.

Utilizaremos como inspiração para análise formação profissional, o referencial teórico metodológico crítico-dialético, bem como a relação sujeito objeto. Vale ressaltar que a perspectiva relacional foge ao empirismo positivista e funcionalista de análises de políticas públicas sociais. A relação entre sujeito e objeto permite ao sujeito aproximar-se das características do objeto. O método crítico dialético envolve a análise do processo e resultado das relações contraditórias entre o Estado e a sociedade civil, isto é, a unidade dialética do fenômeno e da essência (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

A análise das políticas públicas sociais a partir do método crítico dialético, modelo de abordagem que tem como característica principal o uso da argumentação, discussão e provocação, não pode ocorrer de forma isolada, uma vez que existem diferentes causas sociais de forma complexa. Desse modo, a perspectiva da totalidade será aplicada para descobrir a essência dos fenômenos, os processos contraditórios e a realidade nas suas complexas determinações. O processo de análise envolverá os pontos de vista histórico, econômico, político e cultural como elementos da totalidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Para nomear os professores que participaram da entrevista usaremos nomes fictícios para eles, os professores nesse artigo serão chamados de Davi, Cristiano, Jorge, Lucas e Carlos

Resultados e discussão

A formação de professores diz respeito a um processo contínuo, influenciado pela trajetória de vida do indivíduo, a qual é experienciada antes mesmo da sua inserção na graduação, que se estende por toda sua vida profissional, independente das circunstâncias as quais esse sujeito está submetido, seja em relação aos aspectos pessoais, familiares, institucionais e socioculturais (Fiorentini; Crecci, 2013).

Para Day (2001, p. 15) “o sentido do desenvolvimento profissional dos professores depende das suas vidas pessoais e profissionais e das políticas e contextos nos quais realizam a sua atividade docente”.

Para tanto, o período de formação continuada, principal elemento da formação de professores discutido nesta pesquisa, refere-se ao período em que o professor está vinculado ao mercado de trabalho. Hobold (2018) explica que essa fase está vinculada às ações que o professor realiza de maneira individual ou coletiva, com o objetivo de aprimorar sua atuação profissional

Diante disto, a partir das entrevistas realizadas com os professores da PMCG de Campo Grande - MS, foi possível determinar sete categorias de análise: 1) Como acontece a formação; 2) Principais assuntos tratados; 3) Participação dos professores no planejamento; 4) Número de encontros de formação; 5) Alcance dos objetivos propostos; 6) Sugestões de melhorias; 7) Aspectos Positivos

Podemos observar que a formação continuada na Funesp, de acordo com os relatos dos professores entrevistados que atuam com a modalidade de futebol, ocorreu por meio de cursos gerais relacionados à atuação geral e não teve cursos específicos da modalidade. O professor Jorge ressaltou que nos cursos de formação:

[...] geralmente faz um evento com todos os professores, em um primeiro momento são todos os professores, de várias modalidades, aí tem a explanação de cada conteúdo o que cada um vai trabalhar, ver o perfil do professor [...]

Cristiano afirmou que muitos cursos eram gerais e não se relacionava diretamente com a modalidade da sua atuação profissional, como os primeiros socorros: “[...] cursos específicos da modalidade não tem, mas tem formações, por agora teve uma de primeiros socorros, como a variedade de oficinas são diversas, então não tem uma semana para cada oficina”.

Para os professores, são ofertados cursos de formação, momento em que foram tratados assuntos de interesses gerais da instituição, como primeiros socorros, metodologia de trabalho da FUNESP, parte administrativa, como o professor deve se comportar durante as aulas. O Davi abordou que:

[...] as principais ações geralmente são voltadas para a parte ética do profissional, melhora do comportamento, postura, a forma como vai lidar com o público, mais voltado para esse ponto, da parte profissional de maneira geral.

A partir das entrevistas feitas, podemos notar alguns pontos, os professores participam da formação apenas como ouvinte, a parte organizacional e, planejamento e fica a cargo dos diretores e da gestão, conforme mencionados pelo professor Lucas, entrevistado a seguir: “Os agentes sociais não [participam do planejamento], participamos da formação como alunos, como organização já tem o pessoal da administração que organiza”.

Essa ideia de não participação de professores vai em um sentido contrário ao do Art.61 da LDB, onde os fundamentos para formação, incluem associação entre teoria e prática e o aproveitamento de experiências anteriores, uma vez que a isenção dos professores nesse processo de planejamento vai contra a ideia de considerar experiências anteriores.

As formações ocorrem por meio de cursos, com temáticas generalistas e não específicas das modalidades em que os professores atuam. Os professores são avisados desses cursos via grupo de Whatsapp e por vezes redes sociais. De acordo com todos os professores entrevistados as formações são de qualidade, quando se trata de espaço, palestrantes, materiais e meio de divulgação, conforme relato do Cristiano: “Sim, sempre o espaço é bom, e oferecem excelente formação para a gente”.

As formações geralmente acontecem duas vezes ao ano, o que para alguns profissionais é tempo suficiente para outros, pouco tempo e poderia ter mais. O agente social Carlos diz que: “Pela Funesp, que os objetivos deles são atender com qualidade, fornecer saúde para os participantes, o tempo é bem hábil, acredito que sim”. Enquanto que para o Davi: “Acredito que não, no período que estive, tive apenas duas formações durante um ano e meio, acredito que tem que ocorrer com mais frequência”.

De acordo com os entrevistados a FUNESP, por meio da sua formação consegue de certa forma atingir os seus objetivos propostos pela formação, uma vez que segue atendendo com qualidade e em grande quantidade a população, com as suas oficinas esportivas que cada vez mais tem mais beneficiários, conforme falas do Lucas e Cristiano

Sim, porque só melhorou, aumentou a quantidade de atendimentos, então a tendência, acho que o objetivo é aumentar a quantidade de atendimentos, então o objetivo foi alcançado, a cada ano que passa o número de atendimentos só tem crescido (Lucas).

Acredito que sim, pois a gente tá atendendo a população de uma forma geral, em todas as modalidades e atividades propostas, com uma aceitação das oficinas muito (Cristiano).

Em relação a categoria seis “sugestão de melhorias” nas formações da FUNESP, a principal sugestão dos profissionais foi uma maior especificidade de conteúdo esportivo da área de atuação de cada profissional. Ter uma formação de futebol para quem atua com o futebol, de vôlei para quem trabalha com vôlei, e não ficar apenas nas gerais, manter as gerais como estão, mas também adicionar as específicas da área de atuação de cada professor, além de um maior número de encontros, outra sugestão na área do futebol foi trazer atletas ou ex atletas profissionais para as palestras, conforme relato do Lucas.

Em relação a categoria seis “sugestão de melhorias” para os encontros de formações ofertados pela FUNESP, foi unânime a resposta dos professores. Estes sugeriram manter os encontros com temáticas mais abrangentes, gerais, porém, sugeriram a abordagem de temas mais específicos para cada área de atuação, por exemplo, encontros de formação com temáticas específicas do futebol, modalidade que todos os entrevistados neste estudo ministram dentro da instituição.

Bom, sugeriria isso que acabei de falar para você, cada formação específica ter a sua área, o futebol ter uma formação específica de futebol, vôlei de vôlei, basquete de basquete, cada um dentro da sua área, especificar cada um, formação separadas, creio que seria melhor, ou acrescentá-las no caso, ter a geral e a individual, manter a geral e acrescentar as específicas, acho que ajudaria bem (Lucas)

Para Oliveira e Leiro (2019) a ausência de encontros de formações com temáticas voltadas para a área de atuação do professor aponta uma desconexão com a realidade de trabalho e com a primazia de uma formação continuada em serviço

Diante do exposto, observa-se que seria relevante para as formações em serviço da FUNESP, acrescentar em seu cronograma, cursos com temáticas mais específicas das modalidades ofertadas, ao ponto que contribuiria de maneira significativa para a qualificação do serviço prestado a sociedade, bem como atrairia um maior interesse de seus professores em participar das formações em serviço ofertadas.

Ao serem questionados sobre os aspectos positivos, os professores destacaram a existência de uma formação continuada, a qualidade dos palestrantes, espaços físicos adequados, ensino de metodologias e cursos de primeiros socorros. Como sugestões de melhorias, a necessidade de formações específicas para as modalidades de atuação, aumento do número de cursos, necessidade de trazer treinadores das diferentes modalidades esportivas e maior participação dos professores, conforme Quadro 1

Quadro 1 Aspectos positivos e sugestões de melhorias

Aspectos Positivos	Sugestões de melhorias
<ul style="list-style-type: none"> ● Tem a formação continuada ● Bons palestrantes ● Bom espaço físico ● Ensina a metodologia da Funesp ● Cursos como os de primeiros socorros ● Boa divulgação para os professores 	<ul style="list-style-type: none"> ● Formação mais específica para o esporte que o professor atua ● Maior números de palestras ● Atletas, ex atletas treinadores profissionais para ministrar palestras ● Maior participação dos professores nos

Considerações finais

Conforme foi estudado e pesquisado durante a realização desse estudo, podemos concluir que a formação continuada é de extrema importância, uma vez que preenche lacunas deixadas pela formação inicial, mantendo os profissionais atualizados, o que tende a assegurar uma melhor qualificação profissional, o que faz com que os professores consigam proporcionar uma aula mais aprofundada e adequada, promovendo diversos impactos positivos em toda a sociedade.

Evidencia-se que a Funesp oferece, através dos seus cursos ofertados para os agentes sociais, uma formação continuada em serviço para os seus professores de forma geral, sem especificar as modalidades, sem a participação dos professores, em um modelo de cima para baixo.

Os principais pontos positivos foram: explanação de assuntos gerais e de interesse de todos os professores atuantes nos projetos ofertados pela instituição, como primeiros socorros, assuntos relacionados à metodologia da fundação, parte ética e de postura profissional. No entanto, deixa a desejar em relação a uma formação mais específica para a área na qual o professor atua, seria extremamente importante para a Funesp oferecer, uma formação voltada para a área que o profissional atua, visto que são esportes diferentes e merecem ter formações diferentes também, ensinando para os professores responsáveis pelo futebol as diferentes metodologias de ensino, como: o método global, parcial, misto, analítico, situacional, entre outros.

Para assim, com um maior maior conhecimento e entendimento dos diferentes métodos de ensino para o professor escolher qual ele prefere ou mais se adapta ao seu modo de ensino e a turma para aplicar na sua aula. Aumentando assim a qualidade da aula ofertada para os beneficiários

Como lacuna possíveis pesquisas com professores de outras modalidades, para procurar saber se eles também tem interesse em uma formação mais específica na sua área de atuação, procurar participar mais das aulas de futebol nos polos da Funesp, e tentar entender qual o motivo pela qual a Funesp não oferece esses cursos de desenvolvimento profissional específico para os seus professores.

Referências

ANDRÉ, L. C; MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. A; SILVA, D. S. Revisão Sistemática sobre a Produção Científica do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, v. 25, n.1, p. 277–314, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.39106>.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.R.; SANTOS, S.M.M.; MIOTO, R.C.T. **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. PELC. **Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC**: Diretrizes 2023-2026. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/mesp-publica-edital-para-projetos-relacionados-ao-programa-esporte-e-lazer-da-cidade/DiretrizEditalPELC2023.pdf> Acesso em: 26 junho 2026

CAMPO GRANDE. Lei Complementar n. 327, de 23 de julho de 2018. Dispõe sobre a criação do Sistema Campo-grandense de Esporte e Lazer e dá outras providências. **Diário Oficial de Campo Grande**: Campo Grande, MS, 2018.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994

KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B.de. Esporte Educacional no Programa Segundo Tempo: uma construção coletiva. **Journal of Physical Education**, v. 27, n. 01, p. 02 - 18, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2719>

OLIVEIRA, A. A. B. de et al. Formação continuada em projetos e programas sociais esportivos: um estudo de caso. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. 22, n. 3, p. 901-916, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.57304>

SILVA, D. S. et al. Desenvolvimento Profissional Docente no Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. 27, p. e27032, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.111746>

SILVA, D. S. et al. Política Pública Educativa Deportiva: Implementación del Programa Segundo Tiempo Universitario en la UFMS (Educational Sport Public Policy:

Implementation of the Segundo Tempo University Program at the UFMS). **Retos**, v. 43, p. 797–807, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v43i0.90031>

SILVA, D. S.; RAMOS, J. M. A.; TONETTI, V. de A. ; D'AURIA, B. B. Programa Segundo Tempo: uma revisão sistemática da principal política pública de esporte educacional no Brasil. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. 29, p. e29011, 2023. DOI: 10.22456/1982-8918.124377

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 29, p. 65-79, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.124377>

SILVA, D. S.; ANDRE, L. C.; RIBEIRO, M. C. P. Desenvolvimento Profissional Docente no Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022), 2022, Campo Grande-MS. **Anais da XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)**. Campo Grande-MS: Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2022. v. 1. p. 1-7.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Política Social de Esporte e Lazer no Governo Lula: O Programa Esporte e Lazer da Cidade. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 3, p. 134–161, 2014. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.975>.

TERRA, R. B.; CRUZ, R. P. V. A Política de Esporte e Lazer no Município de Campo Grande/MS: Caminhos e Possibilidades para a Gestão Pública. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 570–613, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2019.13582>

VERONEZ L. F. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. [Tese de Doutorado em Educação Física]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação; 2005.

RIBEIRO, S.; FERRAZ, E.M. Programa Esporte e Lazer da Cidade: autogestão em foco. **Corpoconsciência**, v. 20, n.02, p. 10-22, 2016. DOI:

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>

Bardin, L. **Análise de conteúdo**, 1997

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

OLIVEIRA, H.L.G, LEIRO, A.C.R. Políticas de formação de professores no Brasil: referências legais em foco. **Pro-Posições**. Campinas,SP, v.30. 2019

FRANÇA, M. G. O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: FUNDEF e FUNDEB. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 271-286, out./dez. 2015

BARROS, Marta Silene Ferreira; LEITE, Sandra Regina Mantovani. Educação, formação humana e práxis na educação escolar: Um olhar crítico-dialético. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. 1, p. 605-613, 2022. <https://www.redalyc.org/journal/6198/619872133001/619872133001.pdf>

SAVIANI, Dermeval. Debate sobre as relações entre educação, formação humana e ontologia a partir do método dialético. 2013. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-54732013000100009&script=sci_abstract&tlng=en

CURADO, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro et al. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico emancipadora. **Revista de Ciências Humanas**, v. 18, n. 02, p. 121-135, 2017. <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2468>

NAKAMURA, Sueli Rosa et al. Formação e atuação de professores da educação infantil em tempos de pandemia: Uma análise crítico-dialética. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 0953-0966, 2022. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16328>

HOBOLD, Márcia de Souza **Desenvolvimento profissional dos professores: aspectos conceituais e práticos**. *Práxis Educativa* [online]. 2018, vol.13, n.2, pp.425-442. ISSN 1809-4309. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.13i2.0010>.

FIORENTINI, D.; CRECCI, V. Desenvolvimento profissional docente: um termo guarda-chuva ou um novo sentido à formação?. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 11–23, 2013.

Apêndice 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER

Idade:

Profissão/formação:

Função/quantidade de tempo no cargo:

- 1) Como ocorreu o planejamento da formação de professores da Funesp? Você participa do processo de planejamento?
- 2) Qual(is) oficina(s) esportiva(s) você atua? Como ocorre o planejamento e formação profissional para atuação nas oficinas?
- 3) Como ocorre a formação continuada dos professores/agentes sociais que atuam na Funesp?
- 4) Quais são as principais ações de formação na Funesp?
- 5) Os seus conhecimentos prévios são considerados nas ações de Formação de Professores ofertados pela Funesp?
- 6) Você considera que o tempo disponibilizado e a frequência que ocorrem as ações de Formação de Professores ao longo do ano são suficientes para atingir os objetivos propostos?
- 7) Você acha que as ações de Formação de Professores ofertadas pela Funesp são conectadas com a sua realidade e demanda de trabalho? Se sim, você teve dificuldades na aplicação?
- 8) Você considera que Formação de Professores oferecida pela Funesp de qualidade? (Espaços e equipamentos; Meios de divulgação; Professores palestrantes)
- 9) De que forma é realizada a divulgação das ações de Formação de Professores da Funesp?
- 10) As ações de Formação de Professores da Funesp passam por alguma avaliação dos professores e/ou da gestão? Se sim, como? Se não, como você compreende essa ausência de avaliação?
- 11) Os professores participam do planejamento e organização das ações de formação ofertadas? Se sim, como? Se não, como você compreende essa ausência de avaliação?
- 12) Para além das ações de Formação de Professores ofertadas pela Funesp, quais ações de Formação Continuada você fez para aprimorar sua atuação profissional?
- 13) Pensando em formação inicial, quais disciplinas do curso de graduação você considera que te ajudou mais a trabalhar nos projetos em que atua hoje?
- 14) Em sua opinião, a Funesp consegue garantir uma formação continuada aos professores? Quais são as dificuldades e qualidades, pontos positivos ou negativos dessa formação?
- 15) Avalie o processo de formação de professores da Funesp. Em sua opinião, a instituição conseguiu atingir seus objetivos e metas?
- 16) O que você sugeriria para melhorar as ações de Formação de Professores ofertadas pela Funesp?
- 17) Existe algo não perguntado na entrevista que você gostaria que fosse mencionado? Por favor, fique à vontade para realizar o relato.

Obrigado pela contribuição!

